



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

POLÍTICAS EDUCATIVAS Y ENSEÑANZA DE LA SOCIOLOGÍA EN LA ESCUELA SECUNDARIA: EL CASO BRASILEÑO

Roberta dos Reis Neuhold

roberta.neuhold@osorio.ifrs.edu.br

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMO

Os conflitos em torno da introdução e permanência da Sociologia no ensino médio brasileiro exemplificam bem as relações e embates entre o campo científico e escolar, de um lado, e a esfera política, de outro, presentes no processo de constituição de uma disciplina escolar. A instável condição da Sociologia nas escolas, cristalizada nas mudanças estabelecidas pelas reformas educacionais desde, pelo menos, 1925, concedendo-lhe o *status* de disciplina ora optativa ora obrigatória ora de mero conteúdo a ser abordado por outros componentes curriculares, explicita a fluidez e as lutas para construir o lugar de uma disciplina na educação formal. Presente nos estabelecimentos brasileiros de ensino secundário entre as décadas de 1920 e 1940 e nas escolas normais (de formação de professores para o ensino primário) de 1928 até meados da década de 1990, a Sociologia, em 2008, tornou-se disciplina obrigatória dos três anos do ensino médio, nível de ensino que atende jovens da faixa etária entre 15 e 18 anos. Desde então, passou a ser oferecida em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas. Nesse período, houve toda uma mobilização nacional envolvendo sociedades científicas, instituições de ensino superior, órgãos do poder público, estudantes, pesquisadores e professores do ensino médio para garantir a consolidação da Sociologia como disciplina escolar. A criação ou ampliação de vagas nos cursos de formação de professores, a publicação de livros didáticos voltados especificamente para o ensino médio e a crescente produção acadêmica relacionada ao ensino de Sociologia foram alguns dos reflexos desse novo cenário. Em 2016, contudo, mudanças na esfera política brasileira colocaram novamente a condição de disciplina escolar da Sociologia em xeque. Uma reforma do ensino médio, elaborada às pressas pelo Ministério da Educação e à revelia da participação da comunidade escolar e acadêmica, desenhou uma proposta de currículo que, entre outros aspectos, voltou a sugerir que os conteúdos de Sociologia estivessem dispersos na forma de "estudos e práticas" e não organizados em uma disciplina. Este artigo volta-se justamente para essa proposta de reforma educacional, delineada entre 2016 e 2017, para analisar os embates em torno da Sociologia no currículo da educação básica.

Palavras chave: Sociologia (ensino); Ensino médio; Currículo.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The conflicts surrounding the introduction and permanence of Sociology in Brazilian high school exemplify well the relations and clashes between the scientific field and school, on the one hand, and the political sphere, on the other, present in the process of constitution of a school discipline. The unstable condition of Sociology in schools, crystallized in the changes established by the educational reforms since at least 1925, guaranteed it the status of discipline now optional or sometimes of mere content to be approached by other curricular components, explains the fluidity and the struggles to build the place of a discipline in formal education. Present in Brazilian high schools between the 1920s and 1940s and in normal schools (teacher training for primary education) from 1928 to the mid-1990s, Sociology in 2008 became a compulsory subject of the three years of high school, level of education that serves young people between the ages of 15 and 18. Since then, it has been offered in all Brazilian public and private schools. During this period, there was a national mobilization involving scientific societies, higher education institutions, public authorities, researchers and high school teachers to ensure the consolidation of Sociology as a school discipline. The creation or expansion of vacancies in teacher training courses, the publication of textbooks geared specifically to secondary education, and the growing academic production related to the teaching of Sociology were some of the reflexes of this new scenario. In 2016, however, changes in the Brazilian political sphere once again put the condition of school discipline in Sociology in check. A reform of high school, prepared in haste by the Ministry of Education and in default of the participation of the academic and school community, drew up a curriculum proposal that, among other aspects, again suggested that the contents of Sociology were dispersed in the form of "studies and practices" and not organized in a discipline. This paper turns precisely to this proposal of educational reform, designed between 2016 and 2017, to analyze the clashes around Sociology in the curriculum of basic education.

Key words: Sociology (teaching); High-school; Curriculum.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

Os conflitos em torno da introdução e permanência da Sociologia no currículo do ensino médio brasileiro exemplificam bem as relações e embates entre o campo científico e escolar, de um lado, e a esfera política, de outro, presentes no processo de constituição de uma disciplina escolar. A instável condição da Sociologia nas escolas, cristalizada nas mudanças estabelecidas pelas reformas educacionais desde, pelo menos, 1925, concedendo-lhe o *status* de disciplina ora optativa ora obrigatória ora de mero conteúdo a ser abordado por outros componentes curriculares, explicita a fluidez e as lutas para construir o lugar de uma disciplina na educação formal.

Este artigo atualiza uma pesquisa desenvolvida entre 2010 e 2014 no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo¹, incorporando algumas informações, ainda provisórias, sobre as propostas de reforma do ensino médio brasileiro que vêm sendo anunciadas pelo governo federal e que impactam diretamente sobre o lugar da Sociologia no currículo. Objetiva, com isso, recuperar justamente alguns marcos legais do processo de inclusão (e exclusão) da Sociologia do currículo da educação básica brasileira para propor uma reflexão preliminar sobre as mudanças anunciadas nas políticas educacionais desde meados do ano 2016.

Seu foco recai, por um lado, sobre a trajetória de consolidação da Sociologia como disciplina escolar a partir de 2008, quando seu ensino tornou-se obrigatório no ensino médio brasileiro, nos termos da lei federal nº 11.684. Por outro lado, apresenta alguns apontamentos sobre a proposta de reforma do ensino médio em curso no Brasil que vem colocando, novamente, a Sociologia em uma condição de instabilidade. Isso porque, desde 2016, mudanças na esfera política brasileira trouxeram novamente sua permanência no currículo ao debate: uma reforma aligeirada do ensino médio, elaborada pelo Ministério da Educação, desenhou uma proposta de currículo que, entre outros aspectos, voltou a sugerir que os conteúdos de Sociologia estivessem dispersos na forma de "estudos e práticas" e não organizados em uma disciplina.

1 Ver Neuhold (2014).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Marco teórico/marco conceitual

A presença de algumas disciplinas nos currículos escolares comumente é revestida de certa naturalidade (BITTENCOURT, C., 2003, p. 9) e inquestionável relevância, como se tivessem sido estabelecidas, nas palavras de Tomaz Tadeu da Silva (2012, p. 7), “em algum ponto privilegiado do passado” ou, nos termos de Ivor Goodson (1997, p. 17), como se fossem “dados neutros”. Aparentemente, nada mais óbvio do que estudar Matemática, História, Biologia ou Língua Portuguesa. Todavia, desde pelo menos a década de 1970, os estudos do campo da nova sociologia da educação e da história das disciplinas escolares não apenas “desnaturalizaram” a presença das disciplinas no currículo, como também a analisaram para além de questões epistemológicas e didáticas. Esses estudos reconheceram o papel político de diferentes agentes – como Estado, parlamentares, sindicatos, associações científicas, professores, estudantes etc. – que se posicionavam diante da validade dos saberes estabelecidos no currículo e delimitavam a sua legitimidade em cada contexto educacional (BITTENCOURT, 2003, p. 10. FORQUIN, 1992, p. 31).

As pesquisas no campo da história das disciplinas escolares se ampliaram entre as décadas de 1970 e 1980, momento em que se reconsiderava o lugar da escola enquanto mero aparelho ideológico do Estado para enunciá-la também como “espaço de produção de saber” (BITTENCOURT, 2003, p. 11). À época, as pesquisas educacionais se voltaram, com mais cuidado, para as relações entre educação, sociedade e poder, tendo como horizonte a superação de desigualdades sociais e culturais. Para além dos estudos estruturalistas, mas sem negligenciar os interesses de setores do poder estatal associados a grupos econômicos, os projetos investigativos atentaram-se para aspectos sociais mais amplos e ao cotidiano escolar (BITTENCOURT, 2003, p. 11-12). Foi nesse contexto que também a história da educação se renovou, afastando-se de análises centradas no Estado como agente exclusivo de mudança educacional e aproximando-se de outros campos de pesquisa, como o da historiografia.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

As disciplinas escolares emergiram, então, como objeto importante de estudo das práticas educacionais, contribuindo para “situar o conjunto de agentes constituintes do saber escolar, especialmente professores, alunos e comunidade escolar” (BITTENCOURT, 2003, p. 13). Desenvolvidas quase que simultaneamente, mas em diferentes contextos, as pesquisas sobre a temática dedicaram-se, entre outras questões, a “identificar a gênese e os diferentes momentos históricos em que se constituem os saberes escolares, visando perceber a sua dinâmica, as continuidades e descontinuidades no processo de escolarização” (BITTENCOURT, 2003, p. 15). Na França, André Chervel publicou, em 1977, um estudo sobre a história da Gramática. Ivor Goodson, no Reino Unido, promoveu discussões, desde 1981, sobre a história da Geografia, da Música, das Ciências e de outras disciplinas escolares. Em Portugal, os primeiros trabalhos na área foram publicados nos últimos anos da década de 1980, centrando-se na constituição da História como disciplina escolar. O mesmo tema foi desenvolvido no Brasil por Circe Bittencourt que publicou, em 1990, *Pátria, civilização e trabalho*.

A nova sociologia da educação também explicitou a arbitrariedade presente nos processos de seleção e organização dos conteúdos de ensino, por meio justamente da historicização do currículo. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2012, p. 7), Ivor Goodson liderou um dos primeiros projetos investigativos que conseguiu, de fato, cumprir a promessa da nova sociologia da educação de recorrer à história para analisar o caráter contingente dos processos educacionais. Goodson investigava a fabricação do currículo entendendo-o não como um dado neutro da realidade, mas, antes, como um artefato social e histórico, sujeito a mudanças e flutuações e “concebido para realizar determinados objetivos humanos” (GOODSON, 1997, p. 17). Para o autor, a interpretação desse currículo só se realizaria a partir da dinâmica social que o moldou e não da mera descrição da sua organização como conhecimento escolar em certo período da história. Desse modo, Goodson alertava para a premência de não compreender o currículo como um processo evolutivo de progressivo aperfeiçoamento. Antes, caberia



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ao pesquisador diagnosticar rupturas e captar os diferentes significados a ele atribuídos (SILVA, 2012, p. 7-8).

A condição de instabilidade da Sociologia no currículo da escola brasileira delimita um exemplo de uma disciplina com "reais problemas de sobrevivência", para utilizar os termos de Ivor Goodson (2008, p. 63). Por isso, uma leitura sobre a Sociologia no currículo da educação básica brasileira abre caminhos para a construção de uma história das forças sociais que estabeleceram as disciplinas escolares no currículo (GOODSON, 1997). Isso porque essas mesmas disciplinas criam um microcosmo no qual os agentes que participam de sua configuração podem ser estudados e analisados, colocando “pontos de interrogação sobre os objetivos sociais e políticos do ensino” (GOODSON, 1997, p. 93).

III. Metodología

Este trabalho recorreu à pesquisa documental seguida de um esforço de revisão bibliográfica que lhe forneceu substrato teórico e metodológico. Sua principal fonte foi a legislação brasileira sobre o ensino médio, bem como a produção acadêmica recente a respeito do ensino de Sociologia na educação básica.

IV. Análise e discussão dos dados

A sociedade brasileira viveu profundas mudanças durante as décadas de 1930 e 1940, transitando entre o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas até a expansão de direitos sociais, em um contexto de crescente industrialização e urbanização das cidades. À época, a educação era enunciada como um instrumento privilegiado para planejar a transformação do país e a formação de professores transparecia como uma das preocupações centrais.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

No contexto desse debate sobre a necessidade de formar forças culturais que impulsionassem o desenvolvimento do país, foram fundados os primeiros cursos de graduação em Ciências Sociais no Brasil: em São Paulo, na Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934); no Rio de Janeiro, na Universidade do Distrito Federal (1935); no Paraná, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1938). Esses eram os primeiros experimentos universitários das Ciências Sociais no Brasil, salvo sua presença, desde o final do século XIX, nos cursos que formavam bacharéis em Direito. Na verdade, alguns esboços da constituição da Sociologia já podiam ser encontrados nos museus científicos do final do século XIX e nas pesquisas etnográficas neles desenvolvidas bem como em estudos sobre a sociedade brasileira, mas foi mesmo a partir da década de 1930 que se formou um quadro intelectual e institucional mais sólido das Ciências Sociais no Brasil.

No bojo desses acontecimentos também se inseriu a Reforma Francisco Campos (decretos n. 19.890/1931 e 21.241/1932) que ratificou a permanência da Sociologia como disciplina do ensino secundário, tentando implementar uma política de abrangência nacional. Anos antes, a Reforma João Luiz Alves / Rocha Vaz (decreto n. 16.782-A/1925) já tinha tornado a Sociologia disciplina das turmas do sexto ano do ensino secundário, mas a legislação só tinha alcance nas escolas do Distrito Federal. Em 1928, o decreto n. 2.940 incluiu a Sociologia na matriz curricular das escolas normais, direcionadas para a formação de professores. Ali seria mantida durante décadas, sobretudo na forma de sociologias especializadas como a Sociologia Educacional, Sociologia da Educação, Fundamentos de Sociologia, Investigações Sociais em nosso Meio, entre outras.

Com a Reforma Francisco Campos, o ensino secundário foi dividido em dois ciclos: o curso fundamental, com duração de cinco anos e caráter de formação geral, e o complementar, com dois anos e voltado para a formação propedêutica (ROMANELLI, 1988, p. 136). O ciclo complementar subdividia-se em três modalidades direcionadas aos candidatos aos cursos jurídicos, de Medicina, Farmácia e Odontologia, e de Engenharia e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Arquitetura. Nas três modalidades, a Sociologia constava como disciplina da segunda série, estando presente também nas provas finais que equivaliam a um exame de habilitação aos institutos do ensino superior (MACHADO, C., 1987, p. 120). Quanto à carga horária semanal, nos cursos jurídicos somava quatro horas e, nos demais, três. À época, associava-se a Sociologia à formação de profissionais, notadamente de professores, em uma concepção mais “pragmática” de um campo do conhecimento que desenvolveria nos jovens a capacidade de investigar e propor soluções para os problemas nacionais.

Em alguns Estados, o curso complementar ou os dois anos finais do ensino secundário foram denominados “colégio universitário”. Ligado diretamente às universidades, o colégio universitário dividia-se em seções que respeitavam aquelas já designadas na Reforma Francisco Campos ou as ampliavam, como no caso da Universidade de São Paulo. No Rio de Janeiro, o colégio universitário funcionava anexo à Universidade do Brasil, desde pelo menos 1937 (MORAES, T., 2007). Em São Paulo, foi criado em 1934 por meio do decreto 6.430 como anexo a faculdades da Universidade de São Paulo. Em Minas Gerais, também se atrelava a faculdades do ensino superior (BESSA, 1955, p. 299).

Para autores como Luiz de Aguiar Costa Pinto e Edison Carneiro (1955, p. 18), a Reforma Francisco Campos, ao tornar obrigatório o estudo da Sociologia no ensino secundário, “conferia a essas ciências o papel fundamental de uma nova atitude diante da vida, base de um novo humanismo, elemento essencial da integração do homem moderno na sociedade moderna”. O próprio texto da reforma traduzia algumas reivindicações presentes no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A “tomada de consciência” sobre a importância dos estudos sociológicos correspondia, segundo Costa Pinto e Carneiro (1955, p. 19), a “uma resposta da inteligência nacional ao desafio representado pelos problemas colocados diante dela pelas mudanças sociais em processo, problemas que o movimento revolucionário que inaugurou o decênio tinha que, como tarefa histórica, atacar de frente”.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Entretanto, Costa Pinto e Carneiro (1955, p. 19) concluiriam que a reforma não rendeu os frutos prometidos. Os programas de Sociologia foram entregues a pessoas alheias aos debates das Ciências Sociais e o próprio Francisco Campos mostrou-se como uma figura com posições contraditórias: ao mesmo tempo em que tentou implementar uma política educacional de caráter nacional e ratificou a permanência da Sociologia no ensino secundário, em uma reforma revestida de caráter modernizante e democrático, estabeleceu o ensino religioso nas escolas públicas (decreto 19.941/1931) e redigiu a Constituição Federal que instituiu o Estado Novo (SAVIANI, 2010, p. 197).

Todavia, os colégios universitários foram extintos entre 1942 e 1943, como resultado da Reforma Capanema (decreto-lei n. 4.244/1942), a qual, entre outros aspectos, eliminou a Sociologia do rol de disciplinas do ensino secundário. Aí tem início a longa trajetória de exclusão da Sociologia dos currículos, sendo oferecida, em caráter optativo, por apenas algumas escolas. Na década de 1980, a disciplina ganhou alguma atenção em alguns Estados brasileiros, sendo incluídas nas matrizes curriculares. Em 1996, no contexto da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 11.684) foi citada como um conteúdo a ser abordado ao longo do ensino médio, o que não lhe garantiu, contudo, o status de disciplina. Antes, poderia ser abordada de forma interdisciplinar por outras disciplinas, sobretudo Geografia e História.

Em 2 de junho de 2008, a lei nº 11.684 revogou o item III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, tornando obrigatório o ensino de Sociologia em todos os anos do ensino médio brasileiro. Em 2018, essa lei completaria uma década de vigência. Nesse período, a Sociologia foi incluída em políticas públicas nacionais e estaduais e ganhou atenção do mercado editorial, no que diz respeito à produção de livros didáticos. Ao mesmo tempo, questões em torno da sua consolidação como disciplina escolar abriram possibilidades para a formação de uma área científica e, consequentemente, para a produção de subsídios para a formação e práticas docentes.

No que diz respeito às políticas públicas, os Estados brasileiros adaptaram-se à legislação vigente e, além de incluírem a Sociologia nas matrizes curriculares das



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

escolas públicas e privadas, também elaboraram propostas para nortear o seu ensino. No âmbito do Ministério da Educação, embora a Sociologia já estivesse presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000, 2002) e nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio (BRASIL, 2006), apenas em 2012 passou a integrar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nesse último aspecto, dentro do mercado editorial, cabe destacar a diversificação dos livros de Sociologia e a sua crescente incorporação ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), passando de duas obras avaliadas como aptas para serem distribuídas nas escolas brasileira, em 2012, para seis, no ano de 2015.

O processo de consolidação da Sociologia como disciplina obrigatória da educação básica também possibilitou que aspectos relacionadas ao seu ensino passassem de objeto de estudo praticamente inexistente (ou ilegítimo) no campo das Ciências Sociais e da Educação a uma área de estudo com significativa produção (NEUHOLD, 2014). Há evidências, inclusive, de um processo em curso de formação de uma área científica, quando analisada, nos termos de António Nóvoa (1993, p. 13), do ponto de vista acadêmico (produção de teses e dissertações), curricular (criação de disciplinas em cursos de graduação e pós-graduação) e científico (“incremento da investigação e da cooperação universitária”).

Do ponto de vista acadêmico, nos programas de pós-graduação, notadamente nos de Sociologia e Educação, ampliou-se ano a ano a defesa de teses e dissertações, sendo que, entre 2010 e 2013, foi defendido mais de 1/3 do total de trabalhos dos últimos 20 anos. Note-se que, ao longo de 14 anos, entre 1993, ano de defesa da primeira dissertação sobre o ensino de Sociologia, e 2007, foram defendidas 20 dissertações e duas teses nos programas de pós-graduação brasileiros; nos seis anos seguintes à aprovação da lei nº 11.684, foram 32 dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado.

Do ponto de vista científico, os grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) passaram de um, no ano 2000, para 19, em 2013. Esse processo foi acompanhado pela formação e consolidação



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de grupos de trabalho e eventos direcionados para a temática, como o GT Ensino de Sociologia e o Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica (Eneseb).

Por fim, do ponto de vista curricular, foram criados cursos de especialização e linhas de pesquisa em ensino de Sociologia em diferentes instituições de ensino superior. Simultaneamente, no âmbito da graduação, ações como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) abriram perspectivas para que estudantes e professores atrelados à licenciatura em Ciências Sociais tivessem acesso a linhas de financiamento para o desenvolvimento de pesquisas sobre o ensino de Sociologia. Quanto à formação de professores, desde a promulgação da lei n. 11.648/2008, houve uma crescente oferta de vagas e cursos de licenciatura em Ciências Sociais; na região Nordeste, por exemplo, entre 2008 e 2013, houve um crescimento de 78% da oferta de cursos de licenciatura em Ciências Sociais, passando de 14 para 22, em apenas cinco anos (OLIVEIRA, 2013).

Essa produção contemporânea sobre o ensino de Sociologia evidenciou preocupações pedagógicas, da ordem das práticas didáticas, bem como com a produção e difusão de livros, metodologias, materiais de ensino e, de forma mais geral, com a própria construção do currículo e dos critérios de seleção e organização dos conteúdos. Também não ficaram de fora reflexões sobre a formação de professores, as relações entre bacharelado e licenciatura e as condições de trabalho docente. No âmbito das políticas públicas, foram problematizadas as propostas curriculares oficiais e a legislação educacional. Por fim, destacaram-se interesses mais gerais sobre o sentido do ensino da Sociologia e a construção da legitimidade de sua presença na escola, bem como sobre a história da Sociologia enquanto disciplina escolar.

Em 2016, porém, uma crise política chegou ao ápice, no Brasil, após a deposição, pelo Congresso Nacional, de sua presidenta da República Dilma Rousseff democraticamente eleita. Em um processo que suscitou (e continua a suscitar) uma série de divergências sobre a sua legitimidade, ainda que construído dentro da legalidade, o



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

vice-presidente Michel Temer assumiu a presidência da República e passou a governar com uma plataforma que caminhava em sentido oposto àquela por meio da qual havia sido eleito. Tais mudanças também alcançaram a educação básica e vêm se cristalizando em reformas que, entre outros aspectos, alteram o ensino médio.

Uma das primeiras ações do governo Michel Temer que impactaram diretamente nas políticas educacionais foi a Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que congelou os gastos sociais ao longo dos próximos vinte anos. Três meses antes já havia anunciado, por meio da Medida Provisória nº 746/2016, uma reforma do ensino médio. Essa, entre outros aspectos, passou a prever a flexibilização do currículo, possibilitando aos estudantes diferentes itinerários formativos; a contratação de professores por “notório saber” para as disciplinas técnicas e profissionalizantes, sem a necessidade de licenciatura e de formação pedagógica para lecionar; a formação técnica profissional dentro das 2.400h do ensino médio (quando anteriormente se exigiam mais 1.200 horas), desde que curse Língua Portuguesa e Matemática; por fim, estabeleceu Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias dos três anos do ensino médio e indicou como “obrigatórios”, sem mencionar sua estruturação na forma de disciplina, os “estudos e práticas de Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes no ensino médio”.

Convém ressaltar que as mudanças no ensino médio não apenas são propostas em um contexto político de ausência de investimento público para viabilizá-la, como também se delimitaram à revelia da participação da comunidade escolar e acadêmica.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

V. Conclusões

O currículo que tem como base as disciplinas foi apenas uma entre diversas alternativas de estruturar a educação escolar ao longo da história do ensino (GOODSON, 2008, p. 28). “Arquétipo da divisão e da fragmentação do conhecimento em nossas sociedades”, a disciplina escolar como núcleo do currículo teria sido o estágio “oposto e reacionário” seguinte aos movimentos democráticos que reivindicaram a abertura das escolas às massas. As instituições de ensino submeteram-se então a uma “reestratificação de acordo com um currículo que tinha como núcleo as disciplinas” que representou tanto a fragmentação (dada a divisão do conhecimento em diferentes disciplinas) quanto a internalização (visto que os debates extrapolaram a escola, para serem desenvolvidos nos limites das disciplinas) das lutas em prol do ensino público (GOODSON, 2008, p. 30-31).

Ainda segundo Goodson (2008, p. 31), o currículo organizado por disciplinas silenciou e marginalizou modelos curriculares alternativos. A organização curricular em disciplinas foi de tal forma naturalizada que começou a passar despercebida nas discussões sobre mudanças curriculares. No Brasil, por exemplo, desde meados da primeira década do século XXI, o Ministério da Educação tentou reacender o debate sobre a organização curricular por áreas do conhecimento, mas, em muitos discursos, essa proposta acabou sendo convenientemente direcionada para disciplinas, para usar os termos de Ivor Goodson (2008, p. 63), “com status inferiores, padrões de carreira pouco significativos e até com reais problemas de sobrevivência”, como seria o caso da Sociologia.

Com efeito, em 1998, as *Diretrizes curriculares nacionais* para o ensino médio (resolução CEB/CNE n. 3/1998) sistematizaram os princípios da educação inscritos na Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) (lei n. 9.394/1996), estabelecendo, entre outros aspectos, que ao final do ensino médio os estudantes deveriam demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. Ao regulamentarem a situação da Sociologia no



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

currículo, essas diretrizes curriculares acabaram por lhe negar o *status* de disciplina da base nacional comum, indicando que os seus conteúdos poderiam ser abordados de forma “interdisciplinar” pelos diferentes componentes curriculares. Durante quase uma década, de forma mais ou menos articulada, sindicatos, sociedades científicas, professores do ensino médio e superior de diferentes partes do Brasil mobilizaram-se para reverter a situação da Sociologia no currículo oficial, até que, em 2008, a lei n. 11.684 revogou o item III da LDB, tornando obrigatório o ensino de Sociologia, na forma de disciplina, ao longo dos três anos do ensino médio.

Foi assim que, presente nos estabelecimentos brasileiros de ensino secundário entre as décadas de 1920 e 1940 e nas escolas normais (de formação de professores para o ensino primário) de 1928 até meados da década de 1990, a Sociologia, em 2008, configurou-se como uma disciplina do ensino médio. Desde então, passou a ser oferecida em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas. Esse processo foi acompanhado de todo um esforço de parte a comunidade acadêmica e científica para garantir, nos anos seguintes à aprovação da lei 11.684, que se consolidasse enquanto disciplina escolar. A criação ou ampliação de vagas nos cursos de formação de professores, a publicação de livros didáticos voltados especificamente para o ensino médio, a crescente produção acadêmica relacionada ao ensino de Sociologia foram alguns dos reflexos desse novo cenário. Todavia, é premente indagar em que medida tal produção conseguiu ecoar nos debates públicos sobre o ensino médio e construir um lugar para a Sociologia, tanto no âmbito da sociedade quanto do Estado, tendo em vista a facilidade vem sendo retirada, novamente, do currículo com uma mudança de governo.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (2003). Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; RANZI, Serlei Maria (Orgs.). História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista: Edusf.

_____ (2010). Pátria, civilização e trabalho. São Paulo: Loyola, 1990. BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). Escritos de Educação. 11. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010, p. 33-38.

_____ (2011). Abordagens históricas sobre a história escolar. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 83-104, jan. / mar.

BRASIL (2000). Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2000.

_____ (2002). Ministério da Educação. Ministério da Educação. PCN+ ensino médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica.

_____ (2006). Ministério da Educação. Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências Humanas e suas tecnologias. Brasília: Secretaria de Educação Básica.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

_____ (2011). Ministério da Educação. Guia de livros didáticos: PNLD 2012: Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa; CARNEIRO, Edison (1955). As Ciências Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Capes. (Série Estudos e Ensaio – 6).

CHERVEL, André (1977). El it fallut apprendre à écrire à tous les petits Français. Histoire de la grammaire scolaire. Paris: Payot.

_____ (1990). História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine (1999). As humanidades no ensino. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, jul./dez.

FORQUIN, Jean-Claude (1992). Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. Teoria & Educação, Porto Alegre, n. 5, p. 28-49.

GOODSON, Ivor (1997). A construção social do currículo. Lisboa: Educa, 1997.

_____ (2008). As políticas de currículo e de escolarização. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MORAES, Tatiana Beaklini (2007). O Colégio Universitário da Universidade do Brasil: 1937 a 1942. In: Seminário Memória, documentação e pesquisa: universidade e os múltiplos olhares de si mesma, 2007, Rio de Janeiro. Trabalhos apresentados no... Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2007, p. 162-178. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/Projeto/Memoria.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2014.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

NEUHOLD, Roberta dos Reis (2014). Sociologia do ensino de sociologia: os debates acadêmicos sobre a constituição de uma disciplina escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

NÓVOA, António (1993). Perspectivas de renovação da história da educação em Portugal. In: NÓVOA, António; BERRIO, Ruiz (Ed.). A história da educação em Espanha e Portugal: investigações e actividades. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação; Sociedad Española de Historia de la Educación, p. 11-22.

OLIVEIRA, Amurabi (2013). A expansão dos cursos de formação de professores em Ciências Sociais no Nordeste após a lei n. 11.684/08. CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 16., 2013, Salvador. Anais... Salvador: UFBA.

SAVIANI, Demerval (2010). História das ideias pedagógicas no Brasil. 3. ed. Campinas: Autores Associados.

SILVA, Tomaz Tadeu. Apresentação (2012). In: GOODSON, Ivor F. Currículo: teoria e história. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, p. 7-13.

_____ (2011). Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica.